
Reflexões sobre as possíveis contribuições da terapia ocupacional na acessibilidade ambiental*

Reflections about the possible contributions of occupational therapy in environmental accessibility

Lívian Sales de Azevedo¹

Kátia Vanessa Pinto Meneses²

Universidade de Brasília- Faculdade de Ceilândia, Brasília- DF

RESUMO: O objetivo deste estudo é conhecer e refletir sobre a atuação do terapeuta ocupacional na área de acessibilidade ambiental e investigar quais legislações e publicações científicas embasam sua prática. Trata-se de uma revisão integrativa de literatura que se desenvolveu a partir de pesquisa documental em sites governamentais, e pesquisa bibliográfica de artigos publicados entre 2000 e 2013 na base de dados Literatura Latino-Americana e do Caribe de Ciências da Saúde (LILACS), na biblioteca Scientific Electronic Library Online (SCIELO), nos periódicos Revista de Terapia Ocupacional da USP e Cadernos de Terapia Ocupacional da UFSCar e no sítio eletrônico dos Programas de Pós-graduação da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes). Foram selecionadas 5 legislações e 19 publicações científicas. O material foi analisado em relação aos itens dos objetivos (legislação, avaliação, recurso e intervenção) e os resultados mostraram que o terapeuta ocupacional partilha de práticas e recursos comuns a outras profissões, porém constatou-se que o terapeuta ocupacional é um profissional habilitado legislativamente e cientificamente para atuar no campo da acessibilidade ambiental.

DESCRITORES: Barreiras arquitetônicas; Desenho universal (design universal); Acessibilidade; Acessibilidade ambiental; Terapia Ocupacional; Avaliação ambiental.

* Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Universidade de Brasília - Faculdade de Ceilândia como requisito parcial para obtenção do título de Bacharel em Terapia Ocupacional.

¹ Estudante de Graduação do Curso de Terapia Ocupacional da Faculdade de Ceilândia- UNB.

² Orientadora do trabalho. Professora de Terapia Ocupacional da Faculdade de Ceilândia- UNB.

Endereço para correspondência: Lívian Sales de Azevedo. EQNP 17/13 área especial G. Setor P. norte. Ceilândia, DF, CEP: 72241540. E-mail: livian.unb10@gmail.com

INTRODUÇÃO

Incapacidade

O uso e procura de tecnologias como auxiliares na área da saúde tem crescido a cada dia e isto se deve, em parte, ao aumento das incapacidades que são resultantes do envelhecimento das populações, da crescente violência urbana, dos conflitos armados, dos acidentes de trânsito e de trabalho, além das maiores taxas de doenças crônicas, lentamente incapacitantes como diabetes e doenças cardiovasculares (SÃO PAULO [ESTADO], 2012).

De acordo com a Classificação Internacional de Funcionalidade, Incapacidades e Saúde - CIF (OMS, 2003, p. 243) incapacidade é “[...] um termo genérico para deficiências, limitações de atividade e restrições na participação. Ele indica os aspectos negativos da interação entre um indivíduo (com uma condição de saúde) e seus fatores contextuais (fatores ambientais e pessoais)”.

A partir deste conceito exposto pela CIF se iniciou a compreensão de que as restrições causadas pelas incapacidades vão além das questões físicas, dado que por muito tempo priorizou-se o modelo biomédico com o foco no dano, déficit e disfunção, assim, passou-se a considerar que as restrições “[...] não são apenas uma consequência das condições de saúde/doença, mas são determinadas também pelo contexto do meio ambiente físico e social, [...], pela disponibilidade de serviços e de legislação” (FARIAS; BUCHALLA, 2005, p. 190).

Acessibilidade Ambiental

A Acessibilidade Ambiental, denominada também de Projetos arquitetônicos para acessibilidade, é uma dessas “novas” tecnologias acionadas como recurso terapêutico para a reabilitação e promoção de funcionalidade, autonomia e mobilidade das pessoas com alguma incapacidade e/ou mobilidade reduzida. Ela faz parte da chamada Tecnologia Assistiva (TA), uma área de conhecimento interdisciplinar que, entre outras metas objetiva trabalhar com a eliminação de barreiras ambientais que sejam limitantes a autonomia e deslocamento de todas as pessoas (FERNANDINO, 2006).

De acordo com a Associação Brasileira de Normas Técnicas ABNT/ NBR (2004, p. 2) acessibilidade é a “possibilidade e condição de alcance, percepção e entendimento para a utilização com segurança e autonomia de edificações, espaço, mobiliário, equipamento urbano e elementos”.

Farias e Buchalla (2005), baseados na CIF, relatam que as dificuldades vindas de uma incapacidade são resultantes de fatores tanto orgânicos e/ou estruturais, quanto de fatores ambientais que podem operar como barreiras para o desempenho de atividades e participação. Assim, a acessibilidade ambiental passa a ser vista como mais que o acesso, ela inclui as possibilidades de usabilidade, flexibilidade e igualdade de oportunidades em todos os ambientes de circulação. Sendo, da estrutura social (legislações, profissionais e etc.), o dever de possibilitar a todos o acesso aos ambientes e a facilitação na execução de atividades, pois o ambiente também tem um enorme impacto sobre a vivência e extensão da deficiência, e sobre as desvantagens que uma pessoa enfrenta. (SAMPAIO; LUZ, 2009; MÂNGIA et al, 2008).

Legislação

No âmbito legislativo, é possível observar que na história da humanidade as incapacidades e as dificuldades de mobilidade sempre inspiraram as providências sociais para a remoção das barreiras físicas sendo que, muitas dessas iniciativas foram ancoradas em lutas que envolviam fatores sociais, econômicos e políticos (MARINS, 2011).

Conforme Marins (2011), as lutas pelos direitos, acessibilidade e funcionalidade das pessoas com deficiência se iniciaram na década de 1940, com a procura de recursos técnicos, como órteses e próteses para atender a demanda de veteranos da Segunda Guerra Mundial que regressavam com sequelas.

No Brasil, segundo Figueira (2008), os movimentos organizados pelas pessoas com deficiência começaram a ganhar voz na década de 1980 e o I Congresso Brasileiro de Pessoas com Deficiência (1981), teve esse objetivo político, ao propor a formação de uma representação oficial que reivindicasse junto aos mecanismos sociais a mudança no sistema de atendimento à pessoa com deficiência, nos programas de reabilitação, e a eliminação de barreiras ambientais e sociais (FIGUEIRA, 2008 apud PICCELI, 2009).

A aprovação do decreto 5.296, de 2 de dezembro de 2004, foi um marco na história das legislações sobre o tema da acessibilidade ambiental no país, e regulamenta as leis 10.048, de 8 de novembro de 2000, e 10.098, de 19 de dezembro de 2000, que respectivamente tratam do atendimento prioritário e das normas para a promoção da acessibilidade. No seu artigo 8º, inciso I, o decreto 5.296 define o que é acessibilidade:

Acessibilidade: condição para utilização, com segurança e autonomia, total ou assistida, dos espaços, mobiliários e equipamentos urbanos, das edificações, dos serviços de

transporte e dos dispositivos, sistemas e meios de comunicação e informação, por pessoa portadora de deficiência ou com mobilidade reduzida; [...] (BRASIL, 2004).

Essas legislações colocam em evidencia a concepção de que “ambientes inacessíveis criam deficiência ao criarem barreiras à participação e inclusão” (SÃO PAULO [ESTADO], 2012, p. 4). E que “[...] os fatores ambientais [...] podem atuar como facilitadores ou barreiras para o desempenho de atividades e da participação” (FARIAS; BUCHALLA, 2005, p. 189).

Observa-se que a concretização destas políticas e propostas de postura social frente à acessibilidade, tendo como foco o bem estar e direitos iguais a todos os indivíduos, requerem a integração de diversos profissionais e mecanismos sociais que, com suas especificidades busquem uma melhor qualidade de vida para a população nos seus espaços cotidianos (CAVALCANTI; GALVÃO, 2007). Leva-se ainda em consideração, a perspectiva de que quase todas as estruturas ambientais podem ser modificadas para promover saúde, evitar incapacidades e melhorar a qualidade de vida.

Neste sentido, esta pesquisa teve como objetivo conhecer como a profissão de terapia ocupacional, amparada por leis e estudos científicos pode atuar na área de acessibilidade ambiental e identificar as legislações, avaliações, recursos e formas de intervenção disponíveis a pratica do terapeuta ocupacional.

PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Trata-se de uma revisão integrativa de literatura, uma vez que essa abordagem metodológica permite a síntese de diversos estudos e possibilita conclusões gerais sobre uma particular área de estudo.

Sendo assim, foi organizado um levantamento bibliográfico, em língua portuguesa, sobre a terapia ocupacional e a acessibilidade ambiental, no período de 2000 a 2013, por meio da consulta na base de dados Literatura Latino-Americana e do Caribe de Ciências da Saúde (LILACS), na biblioteca Scientific Electronic Library Online (SCIELO), nos periódicos Revista de Terapia Ocupacional da Universidade de São Paulo (USP) e Cadernos de Terapia Ocupacional da Universidade de São Carlos (UFSCar), e no sítio eletrônico dos Programas de Pós-graduação da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes). Os descritores utilizados foram: barreiras arquitetônicas, desenho universal (*design universal*), acessibilidade, acessibilidade ambiental, terapia ocupacional e avaliação ambiental. Houve cruzamento somente entre os descritores terapia ocupacional e acessibilidade.

Foi realizada também uma pesquisa documental no portal eletrônico do Conselho Federal de Fisioterapia e Terapia Ocupacional (COFFITO), para a identificação das legislações que tratavam do tema.

A figura 1 descreve de forma sucinta as fases iniciais da busca de literatura desta pesquisa. Sendo que, ficaram incluídas no estudo, após leitura do resumo e corpo do texto, as publicações que abordavam aspectos que poderiam pautar a prática do terapeuta ocupacional na acessibilidade ambiental.

Nas fases finais realizou-se a categorização das publicações de acordo com os seguintes tópicos: legislação, avaliação, recurso e intervenção, seguida da interpretação dos resultados e apresentação das evidências disponíveis.

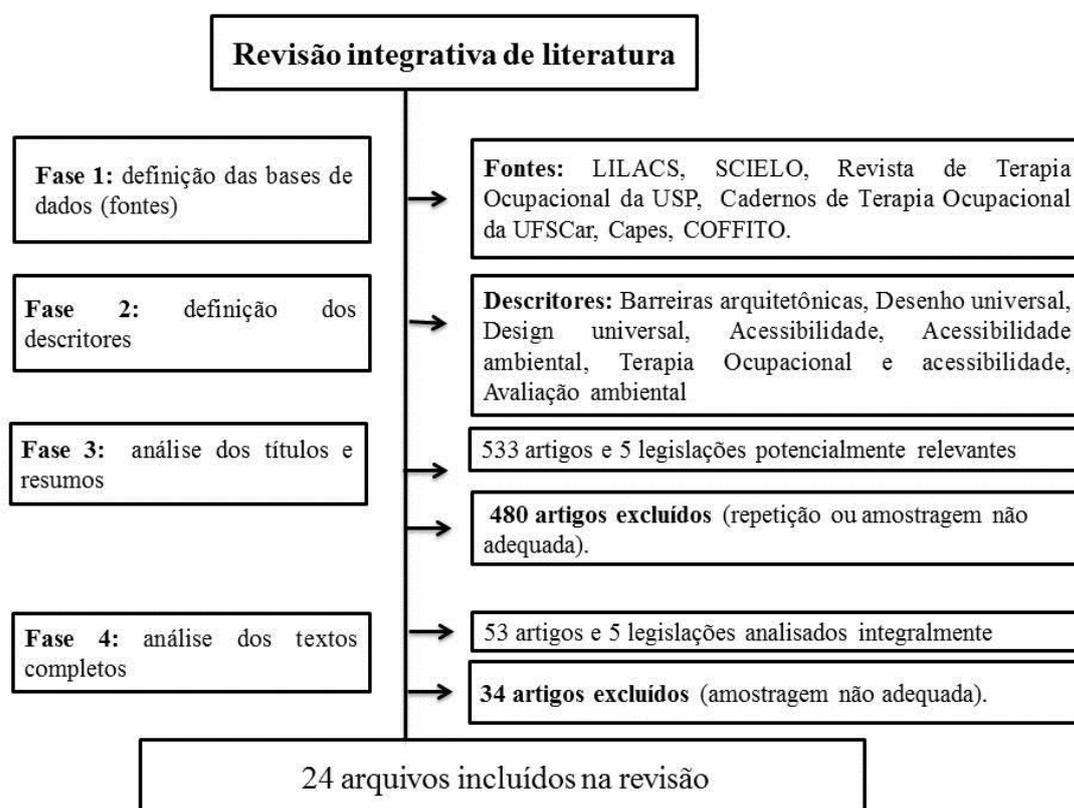


Figura 1- Fase de busca da pesquisa.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Foram encontradas 533 publicações entre artigos, teses e dissertações, 480 arquivos excluídos por se tratarem de textos repetidos ou não adequados ao estudo após a leitura do

título e/ ou resumo, 53 analisados integralmente, 34 excluídos após a leitura integral, sendo incluídos na revisão 19 arquivos.

Através do portal eletrônico do Conselho Federal de Fisioterapia e Terapia Ocupacional (COFFITO), foram localizadas 5 legislações que versavam sobre a acessibilidade e a Terapia Ocupacional, sendo todas incluídas por tratarem diretamente do tema desta pesquisa (Figura 1).

No total esta pesquisa localizou um conjunto de 24 publicações entre legislações, artigos, teses, dissertações.

A tabela 1 apresenta as publicações encontradas nesta revisão integrativa.

Tabela 1- Publicações e o tipo de resultado.

Fonte	Ano	Referência Bibliográfica	Tipo de resultado
COFFITO	2006	COFFITO. CONSELHO FEDERAL DE FISIOTERAPIA E TERAPIA OCUPACIONAL. Resolução nº. 316 de 19 de julho de 2006.	Legislação.
COFFITO	2010	COFFITO. CONSELHO FEDERAL DE FISIOTERAPIA E TERAPIA OCUPACIONAL. Resolução nº 383 de 22 de dezembro de 2010.	Legislação.
COFFITO	2011	COFFITO. CONSELHO FEDERAL DE FISIOTERAPIA E TERAPIA OCUPACIONAL. Resolução nº 406 de 07 de novembro de 2011b.	Legislação.
COFFITO	2011	COFFITO. CONSELHO FEDERAL DE FISIOTERAPIA E TERAPIA OCUPACIONAL. Resolução nº 407 de 18 de agosto de 2011a.	Legislação.
COFFITO	2012	COFFITO. CONSELHO FEDERAL DE FISIOTERAPIA E TERAPIA OCUPACIONAL. Resolução nº 418 de 04 de junho de 2012.	Legislação.
Revista de Terapia Ocupacional Universidade de São Paulo-USP	de 2002	SIEGMAN, C.; PINHEIRO. C. A.; ALMEIDA. M. C. Terapia ocupacional e pacientes acamados: ações comunitárias baseadas na identificação de problemas. Rev. Ter. Ocup. Univ. São Paulo. v.13, n. 1, jan/abr. 2002.	Intervenção ambiental.
Revista de Terapia Ocupacional Universidade de São Carlos-UFSCar	de 2003	COVAS, C. A.; AKASHI, L. T.; GARCIA, M. A. Avaliação da qualidade dos espaços urbanos sob o ponto de vista das pessoas com deficiência. Caderno de Terapia Ocupacional da UFSCAR, São Carlos, v.11, n.1, jan/jun 2003.	Avaliação e intervenção ambientais.

Revista de Terapia Ocupacional Universidade de São Paulo-USP	2003	ROCHA, E. F.; LUIZ, A.; ZULIAN, M. A. R. Reflexões sobre as possíveis contribuições da terapia ocupacional nos processos de inclusão escolar. <i>Rev. Ter. Ocup. Univ. São Paulo</i> , v. 14, n. 2, maio/ago 2003.	Recurso e Intervenção ambientais.
Programa de Pós-graduação da Capes	2004	ARAGÃO, A. E. A. Acessibilidade da pessoa portadora de deficiência física aos serviços hospitalares: avaliação das barreiras arquitetônicas . 104 f. Dissertação (Mestrado em enfermagem)- Programa de Pós- Graduação em Enfermagem da Universidade Federal do Ceará. Fortaleza, 2004.	Avaliação ambiental.
Programa de Pós-graduação da Capes	2006	FERNANDINO, S. F. Acessibilidade ambiental: das disposições legais à inclusão espacial das pessoas com deficiência. 278 f. Dissertação (Mestrado em Ciências em arquitetura)- Programa de Pós-Graduação em Arquitetura da Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2006.	Avaliação ambiental.
Programa de Pós-graduação da Capes	2007	MORAES, M. C. Acessibilidade no Brasil: análise da NBR 9050 . 173 f. Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, 2007.	Avaliação ambiental.
Programa de Pós-graduação da Capes	2008	FREGOLENTE, R. Caracterização da acessibilidade em espaços públicos. A ergonomia e o desenho universal contribuindo para a mobilidade de pessoas portadoras de necessidades especiais. Estudos de casos . 151 f. Dissertação (Mestrado em <i>design</i>)- Programa de Pós- Graduação Strictu-senso em Desenho Industrial com linha de pesquisa em Ergonomia da Universidade Estadual Paulista, Bauru, 2008.	Avaliação ambiental.
Revista de Terapia Ocupacional Universidade de São Paulo-USP	2009	ALMEIDA, M. H. M.; CRUZ, G.A. Intervenções de terapeutas ocupacionais junto a idosos com doença de Parkinson. Rev. Ter. Ocup. Univ. São Paulo , v. 20, n.1, jan/abr. 2009.	Intervenção ambiental.
Programa de Pós-graduação da Capes	2009	RENGER, C. L. A acessibilidade pelas abordagens da arquitetura e da terapia ocupacional: sombreamento versus cooperação interdisciplinar para a inclusão social. 2009. 225 f. Dissertação (mestrado)- Universidade Federal de Minas Gerais, Minas Gerais, 2009.	Avaliação e intervenção ambientais.
Revista de Terapia Ocupacional Universidade de São Paulo-USP	2010	SALLES, B. G. et al. A acessibilidade arquitetônica interfere na usabilidade de indivíduos com mobilidade reduzida? <i>Rev. Ter. Ocup. São Paulo</i> , São Paulo, jan/abr. 2010.	Avaliação ambiental.
Revista de Terapia Ocupacional Universidade de São Paulo-USP	2010	GOMES, M. L.; OLIVER, F. C. A prática da terapia ocupacional junto à população infantil: revisão bibliográfica do período de 1999 a 2009. <i>Rev. Ter. Ocup. Univ. São Paulo</i> , São Paulo, v. 21, n. 2, mai/ago 2010.	Intervenção ambiental.
Revista de Terapia Ocupacional Universidade de São Paulo-USP	2010	SOUZA, C. C. B. X.; ROCHA, E.F. Portas de entrada ou portas fechadas? O acesso à reabilitação nas unidades básicas de saúde da região sudeste do município de São Paulo – período de 2000 a 2006. Rev. Ter. Ocup. Univ. São Paulo , v. 21, n. 3, set./dez. 2010.	Avaliação ambiental.

Revista de Terapia Ocupacional Universidade de São Paulo-USP	2010	BARATA-ASSAD, D. A; ELUI, V. M. C. Limitações no desempenho ocupacional de indivíduos portadores de hemofilia em Centro Regional de Hemoterapia de Ribeirão Preto, Brasil. Rev. Ter. Ocup. Univ. São Paulo , v. 21, n. 3, set/dez 2010.	Avaliação, recurso e intervenção ambientais.
Revista de Terapia Ocupacional Universidade de São Paulo-USP	2011	PELOSI, M. B.; NUNES, L. R. D. P. A ação conjunta dos profissionais da saúde e da educação na escola inclusiva. <i>Rev. Ter. Univ. São Paulo</i> . v. 22, n. 1, jan/abr. 2011.	Intervenção ambiental.
Revista de Terapia Ocupacional Universidade de São Carlos-UFSCar	2011	MARINS, S, C, F; EMMEL, M, L, G. Formação do Terapeuta Ocupacional: acessibilidade e tecnologias. Cad. Ter. Ocup. UFSCar , São Carlos, jan/abr. 2011, v. 19.	Recurso e intervenção ambientais.
Revista de Terapia Ocupacional Universidade de São Paulo-USP	2012	ALVES, C.J.A.; EMMEL, M.L.G.; MATSUKURA, T.S. Formação e prática do terapeuta ocupacional que utiliza tecnologia assistiva como recurso terapêutico. Rev. Ter. Ocup. Univ. São Paulo , v. 23, n. 1, jan./abr. 2012.	Recurso para ação no ambiente.
Revista de Terapia Ocupacional Universidade de São Paulo-USP	2012	SILVIA, A. C. B. Educação inclusiva: contribuições para o desenvolvimento de um compromisso ético em sua efetivação. Rev. Ter. Ocup. Univ. São Paulo . v. 23, n.2, maio/ago. 2012.	Intervenção ambiental.
Revista de Terapia Ocupacional Universidade de São Paulo-USP	2013	MARTINEZ, L. B.A.; EMMEL, M.L.G. Elaboração de um roteiro para avaliação do ambiente e do mobiliário no domicílio de idosos. Rev. Ter. Ocup. Univ. São Paulo . São Paulo, v. 24, n. 1, jan/abr 2013.	Avaliações ambientais.
Revista de Terapia Ocupacional Universidade de São Carlos-UFSCar	2013	FERREIRA, E. F.B.; FOLHA, O. A.A.C.; TOBIAS, M. S.G. Avaliação da percepção sobre o ambiente de circulação: a acessibilidade centrada no usuário. <i>Cad. Ter. Ocup. UFSCar</i> , São Carlos, v. 21, n. 1, jan. 2013.	Avaliação ambiental.

I. Legislações

Em resposta ao objetivo de identificar as legislações que embasavam a atuação do profissional de terapia ocupacional na área da acessibilidade ambiental foram selecionadas as cinco resoluções seguintes expostas na tabela 2.

Tabela 2- Legislações relativas à atuação do terapeuta ocupacional na área da acessibilidade ambiental.

Documento	Ano	Conteúdo
Resolução nº. 316	2006	Dispõe sobre a prática de Atividades de Vida Diária (AVDs), de Atividades Instrumentais da Vida Diária (AIVDs) e Tecnologia Assistiva, especificando a competência do terapeuta ocupacional em promover adaptações estruturais em diversos ambientes (COFFITO, 2006).
Resolução nº 383	2010	Define as competências do terapeuta ocupacional nos Contextos Sociais objetivando a autonomia e acessibilidade de pessoas e comunidades (COFFITO, 2010).
Resolução nº 406	2011	Regulamenta a Especialidade Profissional Terapia Ocupacional nos Contextos Sociais que, tem como um dos seus objetivos a capacitação para o desenvolvimento de estratégias de adaptação ambiental, urbanística e de acessibilidade (COFFITO, 2011).
Resolução nº 407	2011	Regulamenta a Especialidade Profissional Terapia Ocupacional em Saúde da Família que tem como uma de suas finalidades prevenir doenças, promover saúde, autonomia e acessibilidade para as famílias e grupos (COFFITO, 2011).
Resolução nº 418	2012	Estabelece os Parâmetros Assistenciais Terapêuticos Ocupacionais nas diversas modalidades prestadas pelo Terapeuta Ocupacional e especifica que no quesito socioambiental este profissional atua nas adaptações ambientais, urbanísticas, de mobilidade e acessibilidade.

A resolução nº. 316, de 19 de julho de 2006 relata em seu texto introdutório as seguintes considerações:

[...] a Terapia Ocupacional é uma profissão da área da saúde que objetiva promoção, prevenção, desenvolvimento, tratamento e recuperação do indivíduo que necessita de cuidados físicos, mentais, sensoperceptivos, cognitivos, emocionais e/ou sociais, visando ampliar seu desempenho em todo o contexto biopsicossocial na vida cotidiana; Considerando que é função do Terapeuta Ocupacional operar com as capacidades de desempenho das Atividades de Vida Diária (AVDs) e que estas abrangem a *mobilidade funcional* [...] (COFFITO, 2006).

O artigo 2º desta resolução descreve ainda que, compete ao Terapeuta Ocupacional o uso de Tecnologia Assistiva nas AVDs e AIVDs com os objetivos de:

- I - promover adaptações de jogos, brincadeiras e brinquedos;
- II - criar equipamentos, adaptações de acesso ao computador e software;
- III - utilizar sistemas de comunicação alternativa, de órteses, de próteses e de adaptações;

IV - promover adequações posturais para o desempenho ocupacional por meio de adaptações instrumentais;

V - realizar adaptações para déficits sensoriais (visuais, auditivos, táteis, dentre outros) e cognitivos em equipamentos e dispositivos para mobilidade funcional;

VI - adequar unidades computadorizadas de controle ambiental;

VII - *promover adaptações estruturais em ambientes domésticos, laborais, em espaços públicos e de lazer;*

VIII - promover ajuste, acomodação e adequação do indivíduo a uma nova condição e melhoria na qualidade de vida ocupacional (COFFITO, 2006).

Nos contextos sociais o Terapeuta Ocupacional também tem jurisdição para possibilitar a autonomia e liberdade de locomoção como relata a resolução nº 383, de 22 de dezembro de 2010:

Art. 4º

O terapeuta ocupacional, no âmbito de sua atuação desenvolve atividades por meio de tecnologias de comunicação, informação, de tecnologia assistiva e de acessibilidade além de favorecer o acesso à inclusão digital como ferramentas de empoderamento para pessoas, famílias, grupos e comunidades (COFFITO, 2010).

Sendo ainda domínio do Terapeuta Ocupacional Especialista nos Contextos Sociais o disposto na resolução nº 406 de 07 de novembro de 2011:

Art. 3º

VI - Realizar histórias ocupacionais e condição de participação na comunidade [...] a fim de *desenvolver estratégias de adaptações ambientais e urbanísticas, mobilidade, acessibilidade*, pertencimento sociocultural e econômico e outras tecnologias de suporte para inclusão sociocomunitária para o acompanhamento de pessoas, grupos e famílias e comunidades urbanas, rurais e tradicionais; (COFFITO, 2011b).

O manejo das questões de acessibilidade é também requisito para os Terapeutas Ocupacionais que atuam na Especialidade Profissional Terapia Ocupacional em Saúde da Família como dispõe a resolução nº 407 de 18 de agosto de 2011, ao definir como dever deste profissional:

Art. 3º

II – Planejar, coordenar, desenvolver, prescrever, acompanhar, avaliar e reavaliar as estratégias de intervenção terapêuticas ocupacionais a fim de *prevenir doenças, promover a saúde, a independência e autonomia no cotidiano quanto ao desempenho ocupacional, atividades de vida diária e instrumentais de vida diária, trabalho e lazer, acessibilidade* [...].

VII – *Ser agente ativo no diagnóstico territorial, planejamento, gestão e avaliação de ações*, [...]; (COFFITO, 2011a).

Por fim, na resolução nº 418 de 04 de junho de 2012 é estabelecido os Parâmetros Assistenciais Terapêuticos Ocupacionais nas diversas modalidades prestadas pelo Terapeuta Ocupacional e define sobre o desenvolvimento socioambiental que:

Art. 5

Parágrafo Sexto: para efeito desta resolução entende-se por programas de cooperação para o desenvolvimento socioambiental *ações territoriais e comunitárias voltadas para a construção e consolidação de modelos sustentáveis de desenvolvimento socioeconômico, adaptações ambientais e urbanísticas, mobilidade, acessibilidade, pertencimento sociocultural e outras tecnologias de suporte para a inclusão sociocomunitária* [...] (COFFITO, 2012).

Os dados legislativos encontrados neste estudo demonstraram aspectos fundamentais e pontuais sobre a capacidade e legalidade da atuação do profissional de terapia ocupacional na acessibilidade ambiental. Nestes documentos, foi possível observar alguns aspectos norteadores para a ação deste profissional: o ser agente ativo no diagnóstico territorial, o utilizar-se de recursos tecnológicos e o se pautar em modelos sustentáveis de desenvolvimento para promover, através de suas intervenções ambientais, autonomia, mobilidade funcional, empoderamento social e possibilidade de pertencimento territorial.

De acordo com Marins e Emmel (2011) a legislação profissional em si, já legitima o terapeuta ocupacional na utilização de recursos de acessibilidade para pessoas com ou sem necessidades especiais em ambiente domiciliar, social, escolar e de trabalho.

II. Avaliações

Das vinte e cinco publicações selecionadas por este estudo, onze relatavam pelo menos um método de avaliação que pode ser utilizado pelos profissionais de terapia ocupacional na prática em acessibilidade ambiental. Os resultados evidenciaram ainda, a existência de três metodologias de avaliações: entrevistas, roteiros (Checklist) e métodos validados de avaliação. (Tabela 3).

Tabela 3- Distribuição das publicações referente aos métodos de avaliação.

Publicações	Autor/ Ano	Fonte	Método de avaliação
Portas de entrada ou portas fechadas? O acesso à reabilitação nas unidades básicas de saúde da região sudeste do município de São Paulo – período de 2000 a 2006.	Souza e Rocha (2010).	Revista de Terapia Ocupacional Universidade de São Paulo-USP	Entrevista- Percepção de familiares e pessoas com deficiência sobre os espaços de locomoção.
Avaliação da qualidade dos espaços urbanos sob o ponto de vista das pessoas com deficiência	Covas, Akashi e Garcia (2003).	Revista de Terapia Ocupacional Universidade de São Carlos- UFSCar	Entrevista- Avaliação dos usuários sobre o espaço urbano do Campus da UFSCar.
Elaboração de um roteiro para avaliação do ambiente e do mobiliário no domicílio de idosos.	Martinez e Emmel (2013).	Revista de Terapia Ocupacional Universidade de São Paulo-USP	Entrevista- Percepção do idoso sobre seu espaço domiciliar. Roteiro- <i>Checklist</i> elaborado pelos autores para avaliar as condições espaciais das residências dos idosos. NBR 9050- Utilizada como um método de avaliação ambiental por sua especificação dos parâmetros espaciais corretos.
Avaliação da qualidade dos espaços urbanos sob o ponto de vista das pessoas com deficiência.	Ferreira, Folha e Tobias (2013).	Revista de Terapia Ocupacional Universidade de São Carlos- UFSCar	Entrevista- Avaliação da percepção dos usuários sobre os fatores do ambiente que afetam a circulação. CIF- Considerada pelos autores e pela OMS (2002) como um instrumento de avaliação de projetos arquitetônicos universais.
Limitações no desempenho ocupacional de indivíduos portadores de hemofilia em Centro Regional de Hemoterapia de Ribeirão Preto, Brasil.	Barata-Assad e Elui (2010).	Revista de Terapia Ocupacional Universidade de São Paulo-USP	Roteiro- Elaborado pelos pesquisadores e composto de questões que buscavam delinear as barreiras e facilidades do paciente em seu ambiente de circulação.

Acessibilidade da pessoa portadora de deficiência física aos serviços hospitalares: avaliação das barreiras arquitetônicas.	Aragão e Martinez (2004).	Programa de Pós-graduação da Capes	Roteiro- Cheque-lista elaborado pela autora como roteiro de observação das barreiras arquitetônicas para a mobilidade física.
A acessibilidade arquitetônica interfere na usabilidade de indivíduos com mobilidade reduzida?	Salles et al (2010).	Revista de Terapia Ocupacional Universidade de São Paulo-USP	NBR 9050- Avaliação ambiental da Escola de Educação Física, Fisioterapia e Terapia Ocupacional (EEFFTO) analisada de acordo com as recomendações da NBR9050 da ABNT.
Caracterização da acessibilidade em espaços públicos. A ergonomia e o desenho universal contribuindo para a mobilidade de pessoas portadoras de necessidades especiais. Estudos de casos.	Fregolente (2008).	Programa de Pós-graduação da Capes	NBR 9050- Exemplificado como instrumento avaliativo do ambiente por meio de seu texto e figuras.
A acessibilidade pelas abordagens da arquitetura e da terapia ocupacional: sombreamento versus cooperação interdisciplinar para a inclusão social.	Renger (2009).	Programa de Pós-graduação da Capes	NBR 9050- A autora definiu a NBR 9050 como um dos instrumentos de avaliação ambiental que o terapeuta pode utilizar. EnviroFIM- Método avaliativo utilizado para analisar as transações pessoa-comportamento-ambiente dentro das variações de pessoas e contextos ambientais. Enabler- Medida utilizada como base na construção e análise de ambientes acessíveis.
Acessibilidade no Brasil: análise da NBR 9050.	Moraes (2007).	Programa de Pós-graduação da Capes	NBR 9050-Utilizada em pesquisa de campo qualitativa para avaliação das possibilidades de favorecimento da acessibilidade.
Acessibilidade ambiental: das disposições legais à inclusão espacial das pessoas com deficiência.	Fernandino (2006).	Programa de Pós-graduação da Capes	NBR 9050- Explícita os efeitos positivos das legislações e da NBR 9050 na efetividade e análise de espaços acessíveis.

Os artigos que abordavam a entrevista utilizavam este perfil avaliativo como método de investigação da percepção dos usuários sobre os espaços urbanos, sendo que Souza e Rocha (2010) buscaram também indagar o ponto de vista de familiares de pessoas com deficiência.

Para Ferreira, Folha e Tobias (2013), por meio da entrevista é possível avaliar as percepções que o indivíduo tem sobre seu ambiente de circulação e como ele influencia em sua mobilidade. Este método pode ainda ser utilizado depois de uma intervenção ambiental para se aferir a eficácia das adaptações através da perspectiva dos seus usuários.

Dos três roteiros apresentados como propostas de avaliação ambiental, dois são *checklist* (MARTINEZ e EMMEL, 2013; ARAGÃO, 2004) e um é composto por questões abertas, (BARATA-ASSAD e ELUI, 2010). O *checklist* apresentado por Martinez e Emmel (2013) é validado para o uso de terapeutas ocupacionais.

Os roteiros (*Checklist*), planejados para nortear a avaliação ambiental, auxiliam os profissionais no levantamento das barreiras à mobilidade encontradas em residências e na comunidade e o terapeuta ocupacional pode desenvolvê-lo a partir de outras metodologias avaliativas (ASSAD e ELUI, 2010). Este é o caso dos autores e terapeutas ocupacionais, Martinez e Emmel (2013), que se pautaram na ABNT NBR 9050 para a criação e validação de um roteiro para avaliação do ambiente e do mobiliário no domicílio de idosos.

Seis artigos apontaram a NBR 9050 como instrumento de avaliação, um a Classificação Internacional de Funcionalidade, Incapacidade e Saúde (CIF), um o EnviroFIM e um o Enabler.

A NBR 9050 é um manual da Associação Brasileira de Normas Técnicas que estabelece “critérios e parâmetros técnicos a serem observados quando do projeto, construção, instalação e adaptação de edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos às condições de acessibilidade” (ABNT, 2004, p. 1). Este manual tem se apresentado como instrumento de avaliação na prática de diversos profissionais que lidam com as questões arquitetônicas e suas implicações, sendo o terapeuta ocupacional um desses que, com o foco no desempenho ocupacional de seus clientes busca eliminar as barreiras ambientais que limitam sua atuação (SALLES et al, 2010; (MARTINEZ e EMMEL, 2013; RENGER, 2009; FERNANDINO, 2006).

Ferreira, Folha e Tobias (2013), citam que, por apresentar os fatores ambientais entre seus componentes a CIF, de acordo com a OMS, é socialmente um instrumento de avaliação de projetos arquitetônicos universais, abordando aspectos como a acessibilidade, barreiras e a identificação de facilitadores. Em seu trabalho estes autores elaboraram um método de avaliação baseado em três componentes de classificação da CIF com o objetivo de identificar o nível de funcionalidade e capacidade dos participantes (fatores ambientais, atividade e participação e funções e estruturas do corpo).

Renger (2009) em seu estudo “A acessibilidade pelas abordagens da arquitetura e da terapia ocupacional: sombreamento versus cooperação interdisciplinar para a inclusão social”, expõe dois instrumentos de avaliação, o EnviroFIM e o Enabler, que apesar de não estarem

adaptados ou padronizados para a população brasileira foram apresentados no estudo da autora como instrumentos validos para o uso do profissional de terapia ocupacional.

O EnviroFIM é um instrumento planejado pelo Center for Inclusive Design and Environmental Access – IDEA (em português: Centro para design inclusivo e acessibilidade ambiental) como metodologia de análise das transações pessoa-comportamento-ambiente e considerando a diversidade de pessoas e contextos ambientais busca identificar a influência do ambiente físico na independência funcional focando-se, em princípio, no individuo e nas suas habilidades para depois priorizar o ambiente (RENGER, 2009).

O Enabler é uma avaliação sueca, criada com base na EnviroFIM, e que tem como objetivo nortear os projetos para ambientes acessíveis, identificando quais dificuldades se encontram na relação entre indivíduo/ ambiente (RENGER, 2009).

Um aspecto relevante observado por esta pesquisa foi à constatação do baixo percentual de avaliações elaboradas/validadas por e para uso primário de terapeutas ocupacionais. Das cinco avaliações validadas encontrados por esta pesquisa, (NBR 9050, CIF, EnviroFIM, Enabler e o Roteiro para avaliação do ambiente e do mobiliário no domicílio de idosos (MARTINEZ e EMMEL, 2013)), apenas esta última (20%), foi elaborada por e para uso primário de terapeutas ocupacionais. No entanto, observamos que este profissional tem a sua disposição métodos de avaliação que dão suporte a sua prática na área da acessibilidade ambiental.

III. Recursos

Das publicações totais selecionadas para este trabalho, quatro abordam recursos em acessibilidade ambiental. (Tabela 4)

Tabela 4 – Distribuição das publicações segundo o tipo de recurso.

Publicações	Autor/ano	Fonte	Tipo de recurso
Formação e prática do terapeuta ocupacional que utiliza tecnologia assistiva como recurso terapêutico.	Alves, Emmel e Matsukura (2012)	Revista de Terapia Ocupacional Universidade de São Paulo-USP	Recurso de tecnologia assistiva- Adaptação ambiental indicada como um recurso de T.A pelos terapeutas ocupacionais participantes deste estudo. Descrição dos recursos Sim () Não (x)

O trabalho cita a adaptação ambiental como recurso cabível na prática do TO, porém não descreve quais adequações.

Reflexões sobre as possíveis contribuições da terapia ocupacional nos processos de inclusão escolar.	Rocha, Luiz e Zulian (2003)	Revista de Terapia Ocupacional Universidade de São Paulo-USP	Recurso de tecnologia assistiva- Adaptação ambiental como uma das ações do TO no desmonte dos empecilhos e barreiras arquitetônicas, que dificultem a inclusão escolar.
			<p>Descrição dos recursos</p> <p>Sim (x) Não ()</p> <p>O TO pode contribuir com a avaliação das barreiras arquitetônicas e a proposta de soluções como introdução de rampas, elevadores, barras de apoio, pátios e parques acessíveis, brinquedos adaptados, indicação de iluminação correta, sinalização e sistemas de alerta (tátil, visual, auditiva).</p>
Limitações no desempenho ocupacional de indivíduos portadores de hemofilia em Centro Regional de Hemoterapia de Ribeirão Preto, Brasil.	Barata-Assad e Elui (2010)	Revista de Terapia Ocupacional Universidade de São Paulo-USP	Recurso de tecnologia assistiva- Adequação ambiental como facilitadora no desempenho de atividades de autocuidado, trabalho e lazer.
			<p>Descrição dos recursos</p> <p>Sim () Não (x)</p> <p>O trabalho qualifica as adaptações ambientais como recursos de TO que auxiliam na qualidade de vida dos pacientes, mas não as descrevem os mesmo.</p>
Formação do Terapeuta Ocupacional: acessibilidade e tecnologias.	Marins e Emmel (2011)	Revista de Terapia Ocupacional Universidade de São Carlos-UFSCar	Recurso de tecnologia assistiva- Atuação do TO como promotor de condições de acessibilidade.

Em relação aos recursos disponíveis para a prática do terapeuta ocupacional na acessibilidade ambiental essas publicações abordaram como recursos, a tecnologia assistiva e o treino para uso de adaptação.

Segundo os autores Nunes e Pelosi (2011) e Marins e Emmel (2011), o trabalho do terapeuta ocupacional na tecnologia assistiva envolve a avaliação das necessidades dos usuários, a avaliação da receptividade às adaptações e a instrução do uso apropriado. Pode-se constatar a partir desses dados que o terapeuta ocupacional tem recursos validos para atuar como um agente promotor da acessibilidade ambiental.

IV. Intervenção

As propostas de intervenções nos espaços ambientais foi o tema mais recorrente nos estudos encontrados, das vinte e cinco publicações totais desta pesquisa, dez abordavam esta temática.

Observou-se nos resultados obtidos a presença de três formas de intervenção mais recorrentes: intervenção por meio do uso de tecnologia assistiva e demais adaptações ambientais, articulação de redes de apoio e facilitação para a execução de tarefas e/ ou orientações de estratégias ambientais. (Tabela 5)

Tabela 5- Categoria de artigos segundo o método de intervenção.

Artigo	Autor/ ano	Fonte	Formas de intervenção
Reflexões sobre as possíveis contribuições da terapia ocupacional nos processos de inclusão escolar.	Rocha, Luiz e Zulian (2003)	Revista de Terapia Ocupacional Universidade de São Paulo-USP	-Adequação ambiental, dos equipamentos e mobiliários (introdução de rampas, elevadores, barra de apoio, iluminação adequada). - Eliminação das barreiras arquitetônicas. -Facilitação das atividades de vida diária e da vida prática.
Limitações no desempenho ocupacional de indivíduos portadores de hemofilia em Centro Regional de Hemoterapia de Ribeirão Preto, Brasil.	Barata-Assad e Elui (2010)	Revista de Terapia Ocupacional Universidade de São Paulo-USP	- Adaptação ambiental e de utensílios preocupando-se com as necessidades do paciente. -Orientação e planejamento de estratégias de simplificação de tarefas nos espaços de convivência junto com o indivíduo e familiares.
A prática da terapia ocupacional junto à população infantil: revisão bibliográfica do período de 1999 a 2009.	Gomes e Oliver (2010)	Revista de Terapia Ocupacional Universidade de São Paulo-USP	-Intervenção sobre barreiras arquitetônicas e mobiliário.
Educação inclusiva: contribuições para o desenvolvimento de um compromisso ético em sua efetivação.	Silvia (2012)	Revista de Terapia Ocupacional Universidade de São Paulo-USP	-Eliminação das barreiras arquitetônicas.
Formação do Terapeuta Ocupacional: acessibilidade e tecnologias.	Marins e Emmel (2011)	Revista de Terapia Ocupacional Universidade de São Carlos- UFSCar	-Adequação do espaço físico para possibilitar a acessibilidade. - Utilização de rampas, adequação de pisos, aumento da largura de portas, vasos sanitários e pias.

-Sinalização adequada ao ambiente.
-Adaptação de quadras esportivas.

A acessibilidade pelas abordagens da arquitetura e da terapia ocupacional: sombreamento versus cooperação interdisciplinar para a inclusão social.	Renger (2009)	Programa de Pós-graduação da Capes	Adaptação ambiental por meio de três etapas: -Avaliação dos componentes físicos do indivíduo. -Avaliação dos componentes ambientais. -Análise dos problemas de acessibilidade.
			- Orientação ao indivíduo e familiares sobre o uso apropriado das instalações e modificações ambientais.
A ação conjunta dos profissionais da saúde e da educação na escola inclusiva.	Pelosi e Nunes (2011)	Revista de Terapia Ocupacional Universidade de São Paulo-USP	Intervenção por meio da avaliação da receptividade do indivíduo após a execução da adaptação ambiental.
			Orientação a todas as pessoas envolvidas no uso do ambiente após adaptação ambiental.
Intervenções de terapeutas ocupacionais junto a idosos com doença de Parkinson.	Almeida e Cruz (2009)	Revista de Terapia Ocupacional Universidade de São Paulo-USP	- Intervenção por meio do uso da tecnologia assistiva (adaptações ambientais).
			- Sugestão de mudanças ambientais. -Facilitação na execução de tarefas com o foco no prazer e bem estar do indivíduo.
Terapia ocupacional e pacientes acamados: ações comunitárias baseadas na identificação de problemas.	Siegman, Pinheiro e Almeida (2002)	Revista de Terapia Ocupacional Universidade de São Paulo-USP	-Articulação de familiares, vizinhança e comunidade como aliados no processo: pessoa-objetos- espaço.
Avaliação da qualidade dos espaços urbanos sob o ponto de vista das pessoas com deficiência	Covas, Akashi e Garcia (2003)	Revista de Terapia Ocupacional Universidade de São Carlos- UFSCar	-Acionar as autoridades para auxiliar nas mudanças dos espaços urbanos.

As intervenções por meio do uso de tecnologia assistiva e demais adaptações ambientais, foram localizadas na maior parte dos textos, muitos descrevendo detalhadamente os modos de intervenção possíveis à prática do terapeuta ocupacional.

Almeida e Cruz (2003) e Barros (2003) abordam que o terapeuta ocupacional pode intervir na facilitação das tarefas, o que perpassar pela habilitação de um ambiente acessível para o indivíduo desempenhar suas atividades. Este profissional também pode atuar na orientação e planejamento de estratégias junto ao indivíduo e seus familiares, sugerindo mudanças ambientais (ASSAD e ELUI, 2010). Isso “inclui o ato de selecionar, adquirir, ajustar equipamentos, bem como orientar o indivíduo, a família e a equipe terapêutica no uso apropriado desse equipamento ou instalação (RENGER, 2009 p. 60)”.

Por fim, o terapeuta ocupacional pode intervir acionando redes de apoio para as modificações ambientais, como prefeituras, administrações e a vizinhança de seus clientes (COVAS, ALASHI, GARCIA, 2003). Para Siegman (2002), “a casa, a vizinhança, a comunidade são repletos de recursos informais que, quando ativados, podem se constituir em poderosos aliados do processo: pessoas, objetos e espaços (SIEGMAN, 2002, p. 42)”. As intervenções demonstradas por este estudos afirmam que o profissional de terapia ocupacional tem métodos de intervenção validos para sua atuação no campo da acessibilidade ambiental.

Ao refletirmos sobre os resultados encontrados podemos observar que o profissional de terapia ocupacional possui embasamento legislativo e científico que apoiam e explicitam sua atuação no campo da acessibilidade ambiental. Este profissional, que por definição profissional objetiva a autonomia dos indivíduos, tem grande potencial de contribuição nesta área, pois dispõe de avaliações, recursos e intervenções que o habilitam a favorecer a acessibilidade, mobilidade e autonomia a sujeitos e comunidades.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As produções bibliográficas levantadas por este trabalho possibilitaram a visualização de um panorama geral das estratégias de atuação do profissional de terapia ocupacional na acessibilidade ambiental e pôde responder aos objetivos propostos pelo estudo demonstrando em seus resultados que o terapeuta ocupacional tem fundamentação legislativa e teórica que validam e norteiam sua atuação nesta área.

Observou-se, no entanto, que grande parte das avaliações, recursos e intervenções eram partilhadas por diversos profissionais e que poucos estudos conseguiram delimitar aspectos únicos ou mais restritos a profissão de terapia ocupacional. Esta ressalva não vai contra a interdisciplinaridade, mas busca sinalizar para a necessidade da profissão de desenvolver materiais validados na sua especialidade.

Dentre algumas publicações houve a indicação de que a falta de material científico sobre acessibilidade ambiental estaria ligado à formação dos cursos da profissão que parecem abordar o tema de modo muito superficial. Compreende-se a partir disto que, sendo o terapeuta ocupacional um profissional capacitado para lidar com a funcionalidade humana, deve haver em sua formação conteúdos substanciais sobre a acessibilidade ambiental. Todavia, é essencial que os terapeutas ocupacionais que já dominam o assunto ou que

efetuaram boas práticas clínicas invistam na produção de material científico para o crescimento e fortalecimento da profissão, pois esta temática tem relevância tanto acadêmica como prática.

ABSTRACT: This study aims to comprehend and reflect about the role of the occupational therapist in environmental accessibility area by investigating which laws, which scientific studies and which experiences of interventions support its practice. It is a bibliographic review that was developed from desk research, from government sites, and from bibliographic surveys of articles that were published between 2000 and 2013 in electronic databases of Latin American Literature and Caribbean Health Sciences (Literatura Latino-Americana e do Caribe de Ciências da Saúde - LILACS), Scientific Electronic Library Online (SCIELO), in the periodic Journal of Occupational Therapy, USP in the regular Reports in Occupational Therapy UFSCAR and on the website of the Graduate Program of Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes). 5 laws and 19 scientific publications were selected. The material was analyzed in relation to items of objectives (legislation, review, appeal and intervention) and the results showed that the occupational therapist sharing of common practices and resources to other professions, but it was found that the occupational therapist is a qualified professional legislatively scientifically and to act in the field of environmental accessibility.

KEYWORDS: Architectural barriers; Universal design (universal design); accessibility; Environmental accessibility; Occupational Therapy; Environmental assessment.

REFERÊNCIAS

ABNT. ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. NBR 9050: acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos. Rio de Janeiro, 2004.

ALMEIDA, M. H. M.; CRUZ, G.A. Intervenções de terapeutas ocupacionais junto a idosos com doença de Parkinson. **Rev. Ter. Ocup. Univ. São Paulo**, v. 20, n.1, jan/abr. 2009. Disponível em: < <http://www.revistas.usp.br/rto/article/view/14053>>. Acesso em: 15 nov. 2013.

ALVES, C.J.A.; EMMEL, M.L.G.; MATSUKURA, T.S. Formação e prática do terapeuta ocupacional que utiliza tecnologia assistiva como recurso terapêutico. **Rev. Ter. Ocup. Univ. São Paulo**, v. 23, n. 1, jan/abr. 2012. Disponível em: < <http://www.revistas.usp.br/rto/article/view/46909>>. Acesso em: 12 set. 2013.

ARAGÃO, A. E. **Acessibilidade da pessoa portadora de deficiência física aos serviços hospitalares: avaliação das barreiras arquitetônicas**. 104 f. Dissertação (Mestrado em enfermagem)- Programa de Pós- Graduação em Enfermagem da Universidade Federal do Ceará. Fortaleza, 2004. Disponível em: <http://www.dominiopublico.gov.br/pesquisa/DetalheObraForm.do?select_action=&co_obra=120942 >. Acesso em: 15 nov. 2013.

BARATA-ASSAD, D. A; ELUI, V. M. C. Limitações no desempenho ocupacional de indivíduos portadores de hemofilia em Centro Regional de Hemoterapia de Ribeirão Preto, Brasil. **Rev. Ter. Ocup. Univ. São Paulo**, v. 21, n. 3, set/dez 2010. Disponível em: < <http://www.revistas.usp.br/rto/article/view/14105>>. Acesso em: 15 nov. 2013.

BRASIL. Casa Civil. **Decreto nº 5.296, de 2 de dezembro de 2004**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/decreto/d5296.htm>. Acesso em: 22 abr. 2013.

BRASIL. Casa Civil. **Lei nº 10.048, de 8 de novembro de 2000**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L10048.htm>. Acesso em: 22 abr. 2013.

BRASIL. Casa Civil. **Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L10098.htm>. Acesso em: 22 abr. 2013.

CAVALCANTI A.; GALVÃO C. Adaptação ambiental e doméstica In:_____. Terapia ocupacional: fundamentação & prática. 1. ed. Rio de Janeiro: Koogan, 2007. p. 420-426.

COFFITO. CONSELHO FEDERAL DE FISIOTERAPIA E TERAPIA OCUPACIONAL. **Resolução nº 316 de 19 de julho de 2006**. Disponível em: < http://www.coffito.org.br/publicacoes/pub_view.asp?cod=1398&psecas=9>. Acesso em: 01 nov. 2013.

COFFITO. CONSELHO FEDERAL DE FISIOTERAPIA E TERAPIA OCUPACIONAL. **Resolução nº 383 de 22 de dezembro de 2010**. Disponível em: <http://www.coffito.org.br/publicacoes/pub_view.asp?cod=1960&psecas=9>. Acesso em: 01 nov. 2013.

COFFITO. CONSELHO FEDERAL DE FISIOTERAPIA E TERAPIA OCUPACIONAL. **Resolução nº 407 de 18 de agosto de 2011a**. Disponível em: <http://www.coffito.org.br/publicacoes/pub_view.asp?cod=2137&psecas=9>. Acesso em: 25 abr. 2013.

COFFITO. CONSELHO FEDERAL DE FISIOTERAPIA E TERAPIA OCUPACIONAL. **Resolução nº 406 de 07 de novembro de 2011b**. Disponível em: <http://www.coffito.org.br/publicacoes/pub_view.asp?cod=2136&psecas=9>. Acesso em: 25 abr. 2013.

COFFITO. CONSELHO FEDERAL DE FISIOTERAPIA E TERAPIA OCUPACIONAL. **Resolução nº 418 de 04 de junho de 2012**. Disponível em: < http://www.coffito.org.br/publicacoes/pub_view.asp?cod=2279&psecas=9>. Acesso em: 01 nov. 2013.

COVAS, C. A.; AKASHI, L. T.; GARCIA, M. A. Avaliação da qualidade dos espaços urbanos sob o ponto de vista das pessoas com deficiência. **Caderno de Terapia Ocupacional da UFSCAR**, São Carlos, v.11, n.1, jan/jun 2003. Disponível em: < <http://www.cadernosdeterapiaocupacional.ufscar.br/index.php/cadernos/article/view/202> >. Acesso em: 15 nov. 2013. .

FARIAS, N.; BUCHALLA, C. M. ; A Classificação Internacional de Funcionalidade, Incapacidade e Saúde da Organização Mundial da Saúde: Conceitos, Usos e Perspectivas. **Rev. Bras. Epidemiol**, São Paulo, vol. 8, n. 2, jun. 2005. Disponível em: < <http://www.scielo.org/pdf/rbepid/v8n2/11.pdf>>. Acesso em: 12 de set. 2013.

FERNANDINO, S. F. **Acessibilidade ambiental: das disposições legais à inclusão espacial das pessoas com deficiência**. 278 f. Dissertação (Mestrado em Ciências em arquitetura)- Programa de Pós-Graduação em Arquitetura

da Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2006. Disponível em: <http://www.dominiopublico.gov.br/pesquisa/DetalheObraForm.do?select_action=&co_obra=33746>. Acesso em: 15 nov. 2013.

FERREIRA, E. F.B.; FOLHA, O. A.A.C.; TOBIAS, M. S.G. Avaliação da percepção sobre o ambiente de circulação: a acessibilidade centrada no usuário. **Cad. Ter. Ocup. UFSCar**, São Carlos, v. 21, n. 1, jan. 2013. Disponível em: <<http://www.cadernosdeto.ufscar.br/index.php/cadernos/article/view/727>>. Acesso em: 15 nov. 2013.

FREGOLENTE, R. **Caracterização da acessibilidade em espaços públicos. A ergonomia e o desenho universal contribuindo para a mobilidade de pessoas portadoras de necessidades especiais. Estudos de casos.** 151 f. Dissertação (Mestrado em *design*)- Programa de Pós- Graduação Strictu-senso em Desenho Industrial com linha de pesquisa em Ergonomia da Universidade Estadual Paulista, Bauru, 2008. Disponível em: <http://www.dominiopublico.gov.br/pesquisa/DetalheObraForm.do?select_action=&co_obra=121309>. Acesso em: 15 nov. 2013.

GOMES, M. L.; OLIVER, F. C. A prática da terapia ocupacional junto à população infantil: revisão bibliográfica do período de 1999 a 2009. **Rev. Ter. Ocup. Univ. São Paulo**, São Paulo, v. 21, n. 2, mai/ago 2010. Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/rto/article/view/14095>>. Acesso em: 15 nov. 2013.

MARINS, S, C, F. **Designer Universal, acessibilidade e tecnologia assistiva: a formação profissional do terapeuta ocupacional na perspectiva da equidade.** 2011. 246 f. Tese (Doutorado) – Programa de Pós- Graduação em Educação Especial- Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2011. Disponível em: <http://www.bdt.ufscar.br/htdocs/tedeSimplificado//tde_busca/arquivo.php?codArquivo=3929>. Acesso em: 16 abr. 2013.

MARINS, S, C, F; EMMEL, M, L, G. Formação do Terapeuta Ocupacional: acessibilidade e tecnologias. **Cad. Ter. Ocup. UFSCar**, São Carlos, jan/abr. 2011, v. 19. Disponível em: <<http://www.cadernosdeterapiaocupacional.ufscar.br/index.php/cadernos/article/view/420>>. Acesso em: 9 abr. 2013.

MARTINEZ, L. B. A.; EMMEL, M.L.G. Elaboração de um roteiro para avaliação do ambiente e do mobiliário no domicílio de idosos. **Rev. Ter. Ocup. Univ. São Paulo**. São Paulo, v. 24, n. 1, jan/abr 2013. Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/rto/article/view/61986>>. Acesso em: 16 nov. 2013.

MENDES, K. D. S; SILVEIRA, R. C. C.P. S; GALVÃO, C. M. Revisão integrativa: método de pesquisa para a Incorporação de evidências na saúde e na enfermagem. **Texto Contexto Enferm**, Florianópolis, out/dez 2008. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-07072008000400018>. Acesso em: 09 abr. 2013.

MORAES, M. C. **Acessibilidade no Brasil: análise da NBR 9050.** 173 f. Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, 2007. Disponível em: <http://www.dominiopublico.gov.br/pesquisa/DetalheObraForm.do?select_action=&co_obra=147836>. Acesso em: 15 nov. 2013.

OMS. ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE. **CIF: Classificação Internacional de Funcionalidade, Incapacidade e Saúde.** Tradução: Centro Colaborador da Organização Mundial da Saúde para a Família de Classificações Internacionais. São Paulo: EDUSP; 2003, p. 243.

ONU. ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Declaração dos direitos humanos**, 1948. Disponível em: <http://portal.mj.gov.br/sedh/ct/legis_intern/ddh_bib_inter_universal.htm>. Acesso em 11 junho de 2013.

_____. International Year of Disabled Persons. Resolução 36/77, 8 dez. 1981. Disponível em: <<http://daccess-ods.un.org/TMP/379235.3.html>>. Acesso em: 14 nov. 2013.

PELOSI, M. B.; NUNES, L. R. D. P. A ação conjunta dos profissionais da saúde e da educação na escola inclusiva. **Rev. Ter. Univ. São Paulo**. v. 22, n. 1, jan/abr. 2011. Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/rto/article/view/14120>>. Acesso em: 15 nov. 2013.

PICCELLI, A. F. B.; **O gerenciamento para a acessibilidade ambiental de pessoas com mobilidade reduzida: institucionalizando a inclusão em uma escola universitária.** 2009. 365 f. Dissertação (Mestrado em Arquitetura)- Escola de Arquitetura da Universidade Federal de Minas Gerais, Minas Gerais, 2009.

RENGER, C. L. **A acessibilidade pelas abordagens da arquitetura e da terapia ocupacional : sombreamento versus cooperação inter-disciplinar para a inclusão social.** 2009. 225 f. Dissertação (mestrado)- Universidade Federal de Minas Gerais, Minas Gerais, 2009. Disponível em: <http://www.dominiopublico.gov.br/pesquisa/DetalheObraForm.do?select_action=&co_obra=171398>. Acesso em 11 junho de 2013.

ROCHA, E. F.; LUIZ, A.; ZULIAN, M. A. R. Reflexões sobre as possíveis contribuições da terapia ocupacional nos processos de inclusão escolar. **Rev. Ter. Ocup. Univ. São Paulo**, v. 14, n. 2, maio/ago 2003. Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/rto/article/view/13919>>. Acesso em: 15 nov. 2013.

SALLES, B. G. et al. A acessibilidade arquitetônica interfere na usabilidade de indivíduos com mobilidade reduzida? **Rev. Ter. Ocup. São Paulo**, São Paulo, jan/abr. 2010. Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/rto/article/viewFile/14089/15907>>. Acesso em: 15 abr. 2013.

SAMPAIO, R. F.; LUZ, M.T. Funcionalidade e incapacidade humana: explorando o escopo da classificação internacional da Organização Mundial da Saúde. **Cad. Saúde Pública**, Rio de Janeiro, mar. 2009. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/csp/v25n3/02.pdf>> Acesso em: 12 set. 2013.

SIEGMAN, C.; PINHEIRO, C. A.; ALMEIDA, M. C. Terapia ocupacional e pacientes acamados: ações comunitárias baseadas na identificação de problemas. **Rev. Ter. Ocup. Univ. São Paulo**. v.13, n. 1, jan/abr. 2002. Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/rto/article/viewFile/49075/53148>>. Acesso em: 15 nov. 2013.

SILVIA, A. C. B. Educação inclusiva: contribuições para o desenvolvimento de um compromisso ético em sua efetivação. **Rev. Ter. Ocup. Univ. São Paulo**. v. 23, n.2, maio/ago. 2012. Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/rto/article/view/13893>>. Acesso em: 15 nov. 2013.

SÃO PAULO (Estado). Secretaria dos Direitos da Pessoa com Deficiência. **Relatório Mundial sobre a Deficiência**. São Paulo, 2012. Disponível em: <http://whqlibdoc.who.int/hq/2011/WHO_NMH_VIP_11.01_por.pdf>. Acesso em: 26 set. 2013.

SOUZA, C. C. B. X.; ROCHA, E.F. Portas de entrada ou portas fechadas? O acesso à reabilitação nas unidades básicas de saúde da região sudeste do município de São Paulo – período de 2000 a 2006. **Rev. Ter. Ocup. Univ. São Paulo**, v. 21, n. 3, set./dez. 2010. Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/rto/article/download/14109/15927>>. Acesso em: 15 nov. 2013.